



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA

CNPJ: 50.320.605/0001-38

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos
Auditores Independentes**

31 de dezembro de 2021 e 2020

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA
50.320.605/0001-38
BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 A 31 DEZEMBRO DE 2020
(valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	5	6.330.020	3.409.685	Fornecedores	10	1.143.509	1.303.895
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	5	5.547.266	5.093.830	Obrigações Sociais e Fiscais	11.1	2.113.080	2.654.014
Créditos a Receber	6	52.042	194.327	Obrigações Trabalhistas	11.2	528.080	340.118
Estoque	7	319.063	93.651	Parcelamentos		-	336.488
Subvenção a Receber	8	-	3.337.725	Subvenções a Realizar	12	5.547.266	-
Outras Contas a Receber		-	70.550	Outras Obrigações	13	995.966	-
TOTAL CIRCULANTE		<u>12.248.392</u>	<u>12.199.768</u>	TOTAL CIRCULANTE		<u>10.327.901</u>	<u>4.634.516</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outras Contas a Receber		-	25.508	Outras Obrigações		-	11.875
Imobilizado Sem Restrição				Subvenções a Realizar	12	-	700.308
Imobilizado	9	1.794.200	2.713.449	Receita Diferida	15	396.963	-
(-) Deprec. Acumulada	9	(251.074)	(1.365.255)	TOTAL NÃO CIRCULANTE		<u>396.963</u>	<u>712.183</u>
		<u>1.543.125</u>	<u>1.348.194</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Imobilizado Com Restrição				Patrimônio Social		855.598	6.971.418
Imobilizado Com Restrição	9	603.117	-	Superávit Exercício	16.1	2.608.018	1.255.353
(-) Deprec. Acumulada Com Restrição	9	(206.154)	-	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.463.616</u>	<u>8.226.771</u>
		<u>396.963</u>	-	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>14.188.480</u>	<u>13.573.470</u>
TOTAL NÃO CIRCULANTE		<u>1.940.088</u>	<u>1.373.702</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>14.188.480</u>	<u>13.573.470</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ilhabela, 31 de dezembro de 2021


 Eduardo dos Santos Rosmaninho
 Diretor Presidente
 CPF: 022.526.108-16


 Daniel de Oliveira Mendez Ramirez
 Contador
 CRC: 263168/O-7

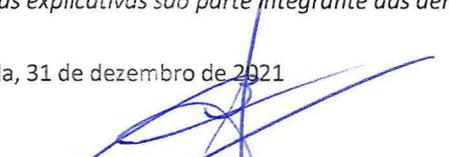

 Julio Cezar Cardial de Tullio
 Interventor
 CPF: 565.406.808-30

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA
 50.320.605/0001-38
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (valores expressos em reais)

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITAS OPERACIONAIS			
Rceitas com Prestação de Serviço de Saúde		118.037.320	103.233.169
		118.037.320	103.233.169
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com Serviços Prestado de Saúde		(42.928.219)	(33.200.822)
		(42.928.219)	(33.200.822)
RESULTADO BRUTO		75.109.101	70.032.347
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas com Pessoal		(79.104.635)	(75.691.523)
Despesas Administrativas e Gerais		(10.005.015)	(5.937.928)
Outras Despesas		(115.660)	(1.113.908)
Financeiras Líquida		402.361	706.506
Outras Receitas		360.290	212
Receitas com Isenções	18	15.961.575	13.259.646
		(72.501.084)	(68.776.994)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		2.608.018	1.255.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ilhabela, 31 de dezembro de 2021


 Eduardo dos Santos Rosmaninho
 Diretor Presidente
 CPF: 022.526.108-16


 Daniel de Oliveira Mendez Ramirez
 Contador
 CRC: 263168/O-7


 Julio Cezar Cardial de Tullio
 Interventor
 CPF: 565.406.808-30

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA
50.320.605/0001-38
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores em reais)

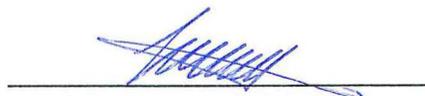
	Patrimônio Social	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.786.828	5.126.721	8.913.549
Superávit do exercício de 2019, incorporado ao Patrimônio Social	5.126.721	(5.126.721)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(1.942.131)		(1.942.131)
Superávit do exercício de 2020		1.255.353	1.255.353
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.971.418	1.255.353	8.226.771
Superávit do exercício de 2020, incorporado ao Patrimônio Social	1.255.353	(1.255.353)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(7.371.172)		(7.371.172)
Superávit do exercício de 2021		2.608.018	2.608.018
Saldo em 30 de setembro de 2021	855.598	2.608.018	3.463.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ilhabela, 31 de dezembro de 2021


 Eduardo dos Santos Rosmaninho
 Diretor Presidente
 CPF: 022.526.108-16


 Daniel de Oliveira Mendez Ramirez
 Contador
 CRC: 263168/O-7

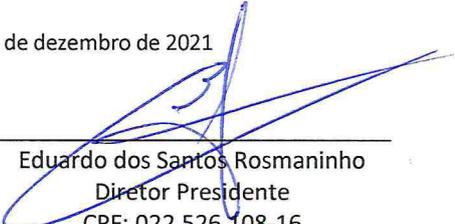

 Julio Cezar Cardial de Tullio
 Interventor
 CPF: 565.406.808-30

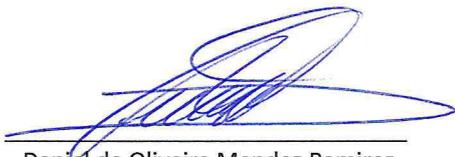
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA
50.320.605/0001-38
DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Método Indireto)

1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2021	2020
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Superávit do Exercício	2.608.018	1.255.353
Depreciação	158.115	159.509
Resultado Baixa e Ajuste do Imobilizado	(745.770)	-
Ajuste Exercício Anterior	(7.371.172)	(1.942.131)
Receita diferida	396.963	-
(=) Resultado Ajustado	(4.953.847)	(527.269)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante		
Créditos a Receber	142.284	(53.963)
Subvenção a Receber	3.337.725	-
Outras Contas a Receber	96.058	(96.058)
Estoque	(225.411)	1.317
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante e Não Circulante	3.350.656	(148.704)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(160.386)	1.303.895
Obrigações Sociais e Fiscais	(540.934)	2.654.014
Obrigações Trabalhistas	187.961	83.656
Parcelamentos	(336.488)	(311.279)
Subvenções a Realizar	4.846.958	-
Outras Obrigações	984.091	242
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante e Não Circulante	4.981.202	3.730.529
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	3.378.011	3.054.556
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisições de Imobilizado	(4.239)	(6.940)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(4.239)	(6.940)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2)	3.373.772	3.047.616
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.503.515	5.455.898
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	3.373.772	3.047.616
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	11.877.287	8.503.515

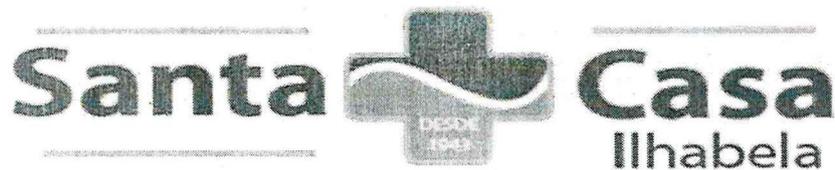
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ilhabela, 31 de dezembro de 2021


 Eduardo dos Santos Rosmaninho
 Diretor Presidente
 CPF: 022.526.108-16


 Daniel de Oliveira Mendez Ramirez
 Contador
 CRC: 263168/O-7


 Julio Cezar Cardial de Tullio
 Interventor
 CPF: 565.406.808-30



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto Histórico e Operacional

A Santa Casa de Misericórdia de Ilhabela, foi fundada em 02/09/1943, nasceu através da ação de um grupo de pessoas da comunidade, tendo como objetivo prestar serviços na área de saúde em um município onde não havia qualquer estrutura pública com este fim.

Construída, em terreno cedido pela Mitra Arquidiocesana, na região central da cidade e ao lado da Igreja Matriz, o prédio que passaria a atender à totalidade da população e aos visitantes, inicialmente como ambulatório médico, e, gradativamente assumindo o serviço de urgência, apoio diagnóstico e terapia.

Nos finais da década de 70 a Santa Casa de Misericórdia de Ilhabela passou a funcionar como um hospital geral, com 20 leitos nas especialidades básicas.

Durante 20 anos, enquanto a rede de saúde pública se estruturava, foi a Santa Casa o único pronto socorro e hospital do município, tendo assinado o convênio com o SUS em 1988.

Em 1999 a Prefeitura de Ilhabela decidiu criar um serviço de urgência em uma unidade básica de saúde adaptada para este fim. Sem condições de manter as internações devido a uma gravíssima crise financeira, a Santa Casa acabou por desativar o Hospital e a população passou a ser atendida no município vizinho de São Sebastião.

O Hospital Municipal Governador Mario Covas foi inaugurado em julho de 2002 e foi firmada uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e a Santa Casa através de convênio.

Por iniciativa da Irmandade uma grande reforma foi realizada e o antigo prédio do hospital foi adaptado para atuar complementarmente às atividades desenvolvidas pelo poder Público Municipal: Centro de Especialidades e Reabilitação, além de laboratório de análises clínicas.

Sua sede esta localizada na Rua: Padre Bronislau Chereck, nº 15 - Centro - Ilhabela - SP - CEP: 11630-000.

2. Área de Atuação e Objeto Social

A Santa Casa de Misericórdia de Ilhabela tem como objetivo básico, sem visar lucro, prestar assistência médico-hospitalar àqueles que dela necessitarem, sem distinção de raça, cor, credo político e religioso, idade, sexo, nacionalidade ou outra de qualquer natureza, em conformidade com a legislação Federal, Estadual e Municipal e regulamentos e normas administrativas.

A abertura do CNPJ foi em 30/08/1982 e contempla em suas atividades as demais atividades:

Código E Descrição Da Atividade Econômica Principal

86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências

Código E Descrição Das Atividades Econômicas Secundárias

86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências

86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares

CNPJ: 50.320.605/0001-38

Rua: Padre Bronislau Chereck, 15 – Centro – Ilhabela – SP

E-mail: santacasa-ilhabela@hotmail.com

Tel.: (12) 3896-1710

- 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
- 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos
- 86.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente
- 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
- 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde (Dispensada *)
- 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas

3. Manutenção Financeira da Santa Casa

A entidade possuiu convênio firmado com o município de Ilhabela através do Termo de Convênio 02/2018 – Lei Municipal 056/2001 e o Decreto de intervenção nº 6.353/2017 até dia 30 de abril de 2021, que findou com a finalização da intervenção. A partir de 01 de maio de 2021 a Santa Casa de Ilhabela celebrou o Convênio nº 001/2021, Processo nº 3744/2021 com o Município da Estância Balneária de Ilhabela, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS no município de Ilhabela, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com CUSTEIO, para aquisição de materiais, medicamentos e materiais de consumo, contratação de pessoal, benefícios e encargos, contratação de terceiros como pessoa jurídica, para gerenciar, operacionalizar e executar as ações e serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares situados no município de Ilhabela, conforme Plano de Trabalho, assegurando assistência universal, gratuita e equânime aos usuários do SUS. E atendendo principalmente a população mais carente, através de serviços ambulatoriais, laboratório de análises e fisioterapia.

4. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mesuradas a valor justo.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (\$), que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Santa Casa de Misericórdia de Ilhabela atua.

4.1 Autorização Para Conclusão Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Entidade em 30 de junho de 2022.

5. Caixa e Equivalentes

Compreendem dinheiro em Caixa, cheques a receber, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo que estão registrados pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As contas classificadas como “Com Restrição” são referentes a verbas de subvenções a realizar.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	2021	2020
Caixa	4.190	93.688
Conta Corrente Sem Restrição	33.013	21.915
Aplicações Sem Restrição	6.292.817	3.294.082
Sub Total	6.330.020	3.409.685
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	2021	2020
Conta Corrente Com Restrição	13.049	4.944.880
Aplicações Com Restrição	5.534.218	148.950
Sub Total	5.547.266	5.093.830
Total Caixa e Equivalentes	11.877.287	8.503.515

6. Créditos a Receber

As contas “Créditos à Receber”, representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contraprestação de serviços a Convênios Médicos, Pacientes Particulares e Outros.

Créditos a Receber	2021	2020
Município de Ilhabela	52.042	52.042
Contas a Receber	-	140.364
Elektro Redes S.A.	-	1.920
Total	52.042	194.327

7. Estoques

Os saldos referem-se aos estoques de medicamentos, material de consumo, material de manutenção, material hospitalar, material de escritório, produtos de higiene e limpeza e produtos alimentícios.

Estoque	2021	2020
Almoxarifado Convênio P.M.I	304.572	79.318
Almoxarifado Laboratório P.M.I	157	-
Material de Uso e Consumo Laboratório	14.334	14.334
Total	319.063	93.651

8. Subvenções a Receber

Para atender NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, no exercício de 2021 a entidade realizou levantamento quanto aos valores reconhecidos como “Subvenções a Receber”, não tendo identificado lastro quanto a estes valores. Foi procedido ajustados na conta de “Ajustes de Exercício Anteriores” para uma melhor apresentação dos valores, ficando

contabilizado nesta rubrica os valores a receber de subvenção de Recursos Governamentais (Subvenções) contratualizados que serão recebidos no decorrer do exercício seguinte.

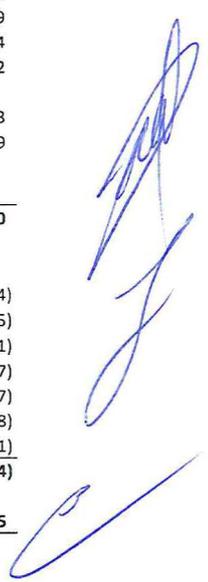
Subvenção a Receber	2021	2020
Subvenção a Receber P.M.I	-	3.099.207
Repasse Federal SUS	-	95.641
Repasse Municipal P.M.I	-	142.877
Total	-	3.337.725

9. Imobilizado

Para uma melhor apresentação e atendendo a NBC TG 07 - – Subvenção e Assistência Governamentais, a entidade procedeu em 2021 a segregação do grupo imobilizado, classificando em “Sem” e “Com” Restrição, onde neste fica demonstrado os bens adquiridos por meio de subvenção/convênios e naquele os bens adquiridos com recurso próprio.

Os lançamentos foram realizados na conta de “Ajustes de Exercício Anteriores” para uma melhor apresentação dos valores do ativo imobilizado.

Imobilizado Sem Restrição	2020	Adição	Baixa	Trasf.	Ajustes	2021
Terrenos	22.714	-	-	-	126.246	148.960
Imóveis	1.846.631	-	-	75.568	(670.610)	1.251.590
Mobiliários em Geral	28.663	-	-	-	48.699	77.362
Máquinas e Equipamentos	645.810	-	-	-	(372.091)	273.719
Equipamentos e Processamento de Dados	63.220	-	-	-	(41.396)	21.824
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	-	-	-	-	6.912	6.912
Equipamentos e Processamento de Dados	29.192	-	-	-	(29.192)	-
Aparelhos e Utensílios Domésticos	-	-	-	-	12.623	12.623
Máquinas e Utensílios de Escritório	-	-	-	-	1.209	1.209
Benfeitorias em Imóveis Próprios	75.568	-	-	(75.568)	-	-
Edificações em Imóveis de Terceiros	1.650	-	1.650	-	-	-
Total Imobilizado Sem Restrição	2.713.449	-	1.650	-	(917.599)	1.794.200
(-) Depreciação Imobilizado Sem Restrição						
(-) Depreciação de Imóveis/Benfeitoria	(882.830)	(50.902)	-	-	831.928	(101.804)
(-) Depreciação de Mobiliário em Geral	(25.849)	(7.865)	-	-	4.689	(29.025)
(-) Depreciação de Máquinas, Equipamentos	(433.985)	(27.828)	-	-	361.532	(100.281)
(-) Depreciação Equipamentos de Processamento de Dados	(22.590)	(4.438)	-	-	14.500	(12.527)
(-) Depreciação de Equip de Áudio, Vídeo e Foto	-	(703)	-	-	(1.714)	(2.417)
(-) Depreciação Aparelhos e Utensílios Domésticos	-	(1.283)	-	-	(3.285)	(4.568)
(-) Depreciação Aparelhos e Utensílios de Escritório	-	(123)	-	-	(328)	(451)
Total Depreciação Imobilizado Sem Restrição	(1.365.255)	(93.142)	-	-	1.207.322	(251.074)
Total Líquido Imobilizado Sem Restrição	1.348.194	(93.142)	1.650	-	289.723	1.543.125



Imobilizado Com Restrição	2020	Adição	Baixa	Trasf.	Ajustes	2021
Móveis e Utensílios - Convênio	-	-	-	-	40.054	40.054
Máquinas e Equipamentos - Convênio	-	4.239	-	-	30.497	34.736
Aparalhos - Convênio	-	-	-	-	471.056	471.056
Computadores e Periféricos - Convênio	-	-	-	-	57.271	57.271
Total Imobilizado Com Restrição	-	4.239	-	-	598.878	603.117
(-) Depreciação Imobilizado Com Restrição						
(-) Depreciação de Móveis e Utensílios - Convênio	-	(4.061)	-	-	(7.535)	(11.596)
(-) Depreciação de Máquinas e Equipamentos - Convênio	-	(3.204)	-	-	(7.627)	(10.831)
(-) Depreciação de Aparalhos - Convênio	-	(47.760)	-	-	(102.330)	(150.090)
(-) Depreciação de Computadores e Periféricos - Convênio	-	(9.948)	-	-	(23.690)	(33.638)
	-	(64.973)	-	-	(141.182)	(206.154)
Total Líquido Imobilizado Sem Restrição	-	(60.734)	-	-	457.697	396.963

10. Fornecedores

As contas de Fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Os montantes são reconhecidos pelo valor da nota fiscal correspondente.

11. Obrigações Sociais, Fiscais e Trabalhistas

11.1 Sociais e Fiscais

Obrigações Sociais e Fiscais	2021	2020
ISS a Recolher	-	3.089
IRPF - PJ a Recolher	27.640	85.298
CRF a Recolher	79.433	299.735
Contribuição Sindical	12.012	225
INSS a Recolher	398.717	890.299
FGTS a Recolher	628.952	681.678
IRRF s/ FoPag.	966.327	693.690
Total	2.113.080	2.654.014

11.2 Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2021	2020
Convênio Funcionário	154.132	95.668
Consignado Funcionário	371.611	243.878
Mensalidade Sindical Funcionário	536	573
Contrib. Federativa a Recolher	1.368	-
Seguros Funcionários	433	-
Total	528.080	340.118

12. Subvenções a realizar

Refere-se a diferença dos valores de Recursos Governamentais (Subvenções) recebidos e realizados pela entidade. Contabilizados conforme NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 5.547.266.

13. Outras Obrigações

Refere-se a uma multa da entrega da DCTF e SPED/ECD, onde os valores foram pagos pela Prefeitura Municipal de Ilhabela quando a entidade estava sob intervenção da Prefeitura

14. Provisão para Contingências

Conforme item 16 tópico (a) e (b) da NBTG 25 onde cita o seguinte:

(a) quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos);

(b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

De acordo com posicionamento jurídico, a Entidade considerou um Risco Possível de R\$ 173.779 e para o exercício de 2021 não houve contabilização de ações como Risco Provável.

15. Receita Diferida

Conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter ao seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre à realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do mesmo.

Conforme item 9, a entidade procedeu em 2021 a segregação do grupo imobilizado, classificando em “Sem” e “Com” Restrição. Assim, a entidade está reconhecendo mensalmente como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado.

16. Patrimônio Líquido

Representa o Patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos Superávits ou reduzido dos Déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição. A Entidade, por ser entidade sem fins lucrativos, não distribui lucros, sendo que, na eventual apuração de Superávits, o resultado será totalmente revertido para as suas atividades institucionais.

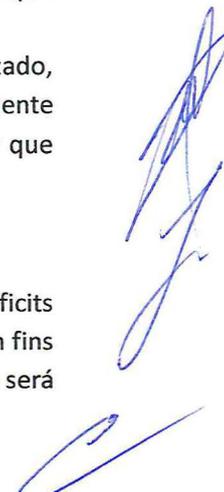
16.1 Apuração de Resultado

O Superavit do exercício de 2021, no montante de R\$ 2.608.018, será incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação da Assembleia Geral.

17. Ajuste de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º Lei 6.404/76).

A entidade, em 2021, realizou levantamento dos valores contabilizados em exercícios anteriores. Foram observados saldos que não havia lastros para corroborarem suas



contabilizações e contas que não estavam de acordo com as normas brasileira de contabilidade, procedendo assim adequação contábil. Estes valores foram contabilizados na conta de “Ajuste de Exercício Anteriores”.

Desta forma, no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, no valor negativo de R\$ 7.371.172.

18. Isenção INSS - Cota Patronal

De acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, a entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art. 195 da Constituição Federal e em atendimento a LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021.

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, estão demonstrados a seguir os valores relativos à isenção usufruída pela Entidade durante o exercício de 2021, como se devidos fossem:

Isenção INSS - Cota Patronal	2021	2020
INSS Patronal	15.961.575	13.259.646

19. Atendimento ao SUS

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA, em atendimento ao inciso II do artigo 9º da LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, apresentou em 2021 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme demonstrado a seguir:

Nome da Entidade: SANTA CASA DE ILHABELA
 CNPJ: 50.320.605/0001-38 CNES: 2093294 CPF:
 Nome do Representante Legal: EDUARDO DOS SANTOS ROSMANINHO
 Endereço: PADRE BRONISLAU CHERECK, 15 Município/UF: ILHA BELA/SP
 CEP: 11630-000 Telefone/FAX: (12) 3896-1710 / (12) 3895-8360 E-mail: SANTACASA-ILHABELA@HOTMAIL.COM

Atualização do CNES (mais recente): 07/07/2021 Competência Apresentação (Ano): 2021

Competência	Mês / Ano	Internação				Ambulatório			% SUS Mensal	
		SUS		Não-SUS		SUS	Não-SUS	% SUS		
		Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Qtde.	Ambulatório		
	2021					0,00%	32.855	27	99,92%	99,92%
	2021					0,00%	12.709	21	99,84%	99,84%
	2021					0,00%	19.729	22	99,89%	99,89%
	2021					0,00%	19.198	22	99,89%	99,89%
	2021					0,00%	20.641	18	99,91%	99,91%
	2021					0,00%	20.303	24	99,88%	99,88%
	2021					0,00%	19.561	30	99,85%	99,85%
	2021					0,00%	22.743	34	99,85%	99,85%
	2021					0,00%	24.075	25	99,90%	99,90%
	2021					0,00%	21.565	24	99,89%	99,89%
	2021					0,00%	23.363	27	99,88%	99,88%
	2021					0,00%	21.050	23	99,89%	99,89%
	2021	-	-	-	-	0,00%	257.792	297	99,88%	99,88%

No Plano de Ação Regional Portaria 634 de 26 de Abril de 2016 - Artigo 20, preencha caso a entidade possua:

	Sim / Não	Máximo	Obtido
I - Atenção obstétrica e neonatal:	Não	1,50%	0,00%
II - Atenção oncológica;	Não	1,50%	0,00%
III - Atenção às urgências e emergências;	Não	1,50%	0,00%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	Não	1,50%	0,00%
V - Atenção à saúde da pessoa com deficiência	Não	1,50%	0,00%
VI - Hospitais de Ensino	Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano 2021 foi de: 99,88%

A Entidade realiza somente atendimento ambulatoriais, considerando somente estes para o cálculo.

20. Contas de Resultado

20.1 Receitas

As Receitas são registradas mensalmente, em obediência aos princípios de competência, sendo provenientes de atendimento hospitalar de pacientes, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS e Convênios Operadoras de Saúde.

20.2 Despesas

As Despesas são apropriadas em obediência ao regime de competência, apurando-se através de notas fiscais de serviços, saídas de estoques e recibos, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

21. Outras informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante os prazos prescricionais variáveis consoantes e legislação específica aplicável.

Ilhabela, 31 de dezembro de 2021.


 Eduardo dos Santos Rosmaninho
 Diretor Presidente
 CPF: 022.526.108-16


 Daniel de Oliveira Mendez Ramirez
 Contador
 CRC 263168/O-7


 Julio Cezar Cardial de Tullio
 Interventor
 CPF: 565.406.808-30

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao Senhor Presidente da
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA
Ilhabela - SP**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ILHABELA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Entidade não mantém controle eficiente e eficaz individualizado dos bens integrantes do imobilizado adquiridos com recursos próprios, e não avaliou a vida útil econômica estimada de cada item do ativo imobilizado, conforme requerido pela NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, sendo que os bens são depreciados pelas taxas sugeridas pela legislação fiscal. Portanto, não podemos firmar juízo sobre a consistência dos valores integrantes desse grupo que, em 31 de dezembro de 2021, totalizava R\$ 1.940.088 e o reflexo do cálculo da depreciação sobre o resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por outros auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba, 12 de julho de 2022.

**ELIZEU DE
AZEVEDO:27225097849**

Assinado de forma digital por
ELIZEU DE AZEVEDO:27225097849
Dados: 2022.07.13 11:12:35 -03'00'

AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC 2SP017174/0-6

Elizeu de Azevedo

Contador CRC 1SP 076962/0-9